



**REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO-
CNPNG – 15/03/2017 – MPM/DF**

ATA 03/2017

1Aos 15 dias do mês de março de 2017, às 09 horas, na sede do MPM, em Brasília-DF, em
2Reunião do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da
3União – CNPNG, estiveram presentes os Excelentíssimos (as) Senhores (as): Dr. Rinaldo Reis
4Lima, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte; Presidente do CNPNG; Dr.
5Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Acre; Dr. Alfredo
6Gaspar de Mendonça Neto, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Alagoas, Dr. Márcio
7Augusto Alves, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Amapá; Dra. Ediene Santos Lousado,
8Procuradora-Geral de Justiça do Estado da Bahia; Dr. Plácido Barroso Rios, Procurador-Geral de
9Justiça do Estado do Ceará, Dr. Leonardo Roscoe Bessa, Procurador-Geral de Justiça do MPDFT;
10Dra. Elda Márcia Moraes Spedo, Procuradora-Geral de Justiça do Estado do Espírito Santo; Dr.
11Benedito Torres Neto, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Goiás; Dr. Luiz Gonzaga Martins
12Coelho, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Maranhão; Dr. Mauro Benedito Pouso Curvo,
13Procurador-Geral de Justiça do Estado do Mato Grosso; Dr. Antônio Sérgio Tonet, Procurador-
14Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais; Dr. Antônio Eduardo Barleta de Almeida,
15representando Dr. Marcos Antônio Ferreira das Neves, Procurador-Geral de Justiça do Estado do
16Pará; Dr. Nelson Antônio C. Lemos, representando Dr. Bertrand de Araújo Asfora, Procurador-
17Geral de Justiça do Estado da Paraíba, Dr. Ivoney Sfoggia, Procurador-Geral de Justiça do Estado
18do Paraná; Dr. Francisco Dirceu Barros, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Pernambuco;
19Dr. Cleandro Alves de Moura, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Piauí; Dr. Marfan
20Martins Vieira, representando Dr. José Eduardo Ciotola Gussem, Procurador-Geral de Justiça do
21Estado do Rio de Janeiro; Dr. Marcelo Lemos Dornelles, Procurador-Geral de Justiça do Estado
22do Rio Grande do Sul; Dr. Sandro José Neis, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Santa
23Catarina; Dr. Fernando Grella Vieira, representando Dr. Gianpaolo Poggio Smanio, Procurador-
24Geral de Justiça do Estado de São Paulo; Dr. Jaime de Cássio Miranda, Procurador-Geral de
25Justiça do MPM; Dra Cristina Aparecida Ribeiro Brasileiro, representando Dr. Ronaldo Curado
26Fleury, Procurador-Geral do Trabalho; Dr. Marcelo Ferra, Conselheiro do CNMP, Dr. Orlando
27Rochadel, Conselheiro do CNMP, Dr. Antônio Duarte, Conselheiro do CNMP, Dra. Norma
28Angélica Reis Cardoso Cavalcanti, Presidente da CONAMP; e Dr. Glaucio Pinto Garcia,
29Secretário-Executivo do CNPNG. **INICIADOS OS TRABALHOS:** o Presidente, após os
30agradecimentos de praxe, deu boas vindas a todos os presentes, concedendo, logo em seguida, a
31palavra ao Conselheiro do CNMP, Dr. Orlando Rochadel, que após proferir breves palavras
32devolveu a palavra ao Presidente. Dr. Jaime, após agradecer a presença de todos, comunicou aos
33membros que o CNMP decidiu que o Subprocurador-geral da Justiça Militar pode desempenhar
34mandato no CNMP. Na sequência, o Presidente comunicou a inclusão em pauta dos temas
35relacionados ao Conflito de Atribuições, bem como do Projeto nº. 343/2007 – Regime de
36Recuperação Fiscal. Em seguida, deu as boas vindas aos 03 (três) novos membros do Colegiado,
37Dr. Benedito, PGJ/GO, Dr. Márcio Augusto, PGJ/AP e Dr. Mauro Curvo, PGJ/MT. Dr. Márcio,
38PGJ-AP, em breves palavras, agradeceu a acolhida. Dr. Mauro Curvo, PGJ-MT, no mesmo
39sentido, após as saudações de praxe, também agradeceu a acolhida. Ato contínuo, Dr. Rinaldo



**REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO-
CNPJ – 15/03/2017 – MPM/DF**

ATA 03/2017

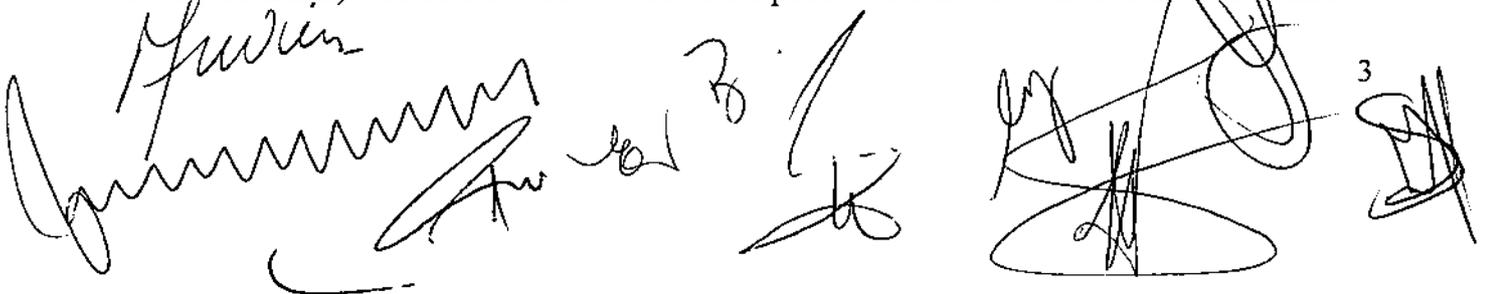
40Reis parabenizou Dr. Sandro Neis, PGJ-SC, pela recondução ao cargo de PGJ. Dando
41continuidade à pauta, o Presidente abordou o tema relacionado à dificuldade dos membros do
42CNPJ terem acesso ao Congresso Nacional, sugerindo Dr. Marfan que fosse mantido contato
43com o Deputado Fábio Ramalho, primeiro vice-presidente, para viabilizar tal acesso através de
44credenciais, para poucos membros, em caráter excepcional. Ato contínuo, o Presidente tratou do
45assunto relacionado à eleição para vagas do CNMP, destacando que determinados Estados ainda
46não encaminharam a informação sobre a existência ou não de inscritos. Na ocasião, Dr. Marfan
47informou que o MPRJ não apresentou candidato. Igualmente, houve manifestação dos demais
48PGJs/representantes, de que não houve inscrição nos Estados do AC, AP, MA, MT, PA, PI, RN e
49RS. Outrossim, foi informado que os Estados de AL, BA, CE, ES, GO, MS, MG, PB, PR, PE, RR,
50SC, SP e SE já apresentaram ou apresentarão inscritos para concorrer às três vagas do CNMP. Em
51relação à realização da eleição para a escolha dos três membros do MPE que integrarão o CNMP,
52inicialmente prevista para ocorrer no MPT, o Presidente informou que, em razão de problemas
53técnicos, a mesma ocorrerá na sede do MPM, mantida a mesma data e horário, dia 06/04/2017, às
5414h. Na sequência, foi submetida à aprovação a ata da reunião anterior, tendo a mesma sido
55aprovada à unanimidade (item 1 da pauta). Também restou deliberado que a Reunião Ordinária do
56mês de abril será no dia 19 deste mês, no MPT; Na ocasião, o Presidente também lembrou as
57datas das Reuniões Ordinárias de maio (10/05) e junho (14/06). Em seguida, passou a abordar o
58item 3 da pauta (criação de grupos/comissões): do Sistema Prisional, com pedido para que seja
59feita apenas uma reunião presencial, uma vez por ano, sendo os demais assuntos discutidos de
60forma virtual; dos Centros de Apoios Operacionais Criminais e de Execução Penal. O presidente
61concedeu a palavra a Dr. Plácido, PGJ-CE, que após salientar que já existe uma grande
62quantidade de grupos, manifestou-se favorável, desde que tenha um parâmetro rígido para
63controle de gastos. O Presidente, em seguida, saudou os Conselheiros do CNMP, Dr. Antônio
64Duarte e Dr. Marcelo Ferra, além de Dr. Orlando Rochadel. Dr. Antônio Duarte, após as
65saudações de praxe, destacou que o CNMP corrigiu um problema histórico, conforme já
66destacado por Dr. Jaime Miranda, PGM. Na sequência, como presidente da Comissão de Memória
67Institucional, destacou o empenho que foi feito no âmbito do CNMP culminando na Resolução nº.
68158/2017, do CNMP, que uniformizou o plano nacional de memória, que visa gerar em curto,
69médio ou longo prazo, a preservação da história institucional, mantendo a instituição viva. Ao
70final da exposição, se colocou à disposição de todos para dialogar, etc. O Presidente, na
71sequência, concedeu a palavra ao Conselheiro do CNMP, Dr. Marcelo Ferra, que, após saudar os
72presentes, abordou o tema relacionado à independência funcional, destacando que quando o
73membro é indicado para representar o PGJ, ele age como representante da instituição, não
74havendo falar, nesse caso, em autonomia. Destacou a importância da criação de grupos, mas o
75Colegiado deve pautar a execução para evitar que de demandante, passe a ser o demandado. Dra.
76Ediene, PGJ-BA, após os cumprimentos de praxe, destacou que foi com muita satisfação que
77recebeu a resolução que trata dos memoriais do MP, embora tenha demonstrado preocupação com
78a dificuldade orçamentária, uma vez que, a partir de tal resolução, faz-se necessária a criação de



**REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO-
CNPJ – 15/03/2017 – MPM/DF**

ATA 03/2017

79cargos, pedindo vênia para discordar da resolução no que tange à criação de cargos, entendendo
80haver outros meios para se preservar a memória. Quanto aos grupos, destacou que o GNCOC
81pode abarcar os grupos de Sistema Prisional e Execução Penal, assim como o GNDH pode
82abarcar outros, ressaltando que é contrária à criação de novos grupos, posto que, além da questão
83financeira, deve-se observar o fato de que os integrantes dos mesmos não agem como se
84representassem o PGJ, atuando de forma completamente independente. Dr. Marcelo Dornelles,
85PGJ-RS, reiterou seu posicionamento, manifestado na reunião anterior, destacando que, embora
86os argumentos sejam nobres, o custo gerado acaba inviabilizando a criação de novos grupos, a
87menos que funcione de modo virtual. Entende necessária, também, a fixação de prazo para
88duração de tais grupos. Ao final, também entendeu complicada a expedição de recomendação,
89pelo CNMP, para que se crie cargos, a exemplo do que ocorreu com a Infância e Juventude - e
90agora com a da Memória Institucional. O Presidente salientou que algumas resoluções do CNMP,
91a exemplo dessa relacionada à memória institucional, que, sem dúvidas, é de suma importância,
92acaba prejudicando determinado MP, posto que, por exemplo, a grande maioria dos Estados não
93tem a necessidade de criar um cargo de historiador. O CNMP, nesse como em outros casos,
94ultrapassa o limite de atuação, posto que acaba invadindo a autonomia dos MPs. Dr. Plácido, PGJ-
95CE, ao tempo em que destacou que no MPCE há um enorme carência de pessoal em razão da
96escassez de recursos, razão pela qual, após destacar a importância da história, posicionou-se
97contrário a tal obrigação de criar cargos. Em seguida, o Presidente propôs o indeferimento desses
98novos grupos, em razão dos fundamentos expostos pelos demais membros, sugerindo, inclusive,
99que eventualmente, em havendo necessidade, podem ser realizados encontros, etc., opinando, no
100final, pelo indeferimento do pleito de criação desses 3 (três) grupos. Dr. Antônio Sérgio Tonet,
101PGJ-MG, salientou que a criação desses grupos também acabam gerando demandas intensas, que
102prejudicam o desenvolvimento de outros trabalhos, afetos à atividade-fim, uma vez que os
103promotores vivem cumprindo obrigações acessórias não inerentes à sua área de execução. O foco
104agora é a gestão institucional. Dr. Gonzaga, PGJ-MA, embora inicialmente tenha se mostrado
105favorável à criação de tais grupos, aderiu ao posicionamento contrário, entendendo desarrazoada a
106criação desses novos grupos. Dr. Benedito, PGJ-GO, após agradecer a acolhida de todos, aderiu
107ao posicionamento do Dr. Tonet, manifestando-se contrariamente à criação desses novos grupos.
108Dr. Alfredo, PGJ-AL, após agradecer as boas vindas, sugeriu o aumento de representatividade do
109MPE no CNMP, de 3 (três) para 5 (cinco) representações. O Presidente, na sequência, submeteu à
110deliberação do plenário a criação desses 3 (três) novos grupos, reiterando seu posicionamento
111contrário, novamente destacando que, eventualmente, em sendo necessário, podem ser realizados
112encontros afetos aos temas. Ato contínuo, à unanimidade, deliberou-se pelo indeferimento da
113proposta de criação desses grupos. Na sequência, o Presidente solicitou a presença dos ex-
114membros do CNPJ, Dr. Roberto Alves, Dr. Lauro Machado e Dr. Paulo Prado, para serem
115agraciados com a “medalha de honra” do CNPJ – Item 05 da pauta. Após as homenagens, o
116Presidente retomou os trabalhos e abordou o tema relacionado ao Item 4 (Auditorias do TCE no
117Sistema Prisional) – como é o trabalho e como ele pode subsidiar o MP. Dra. Cláudia Fernanda de



3



**REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO-
CNPNG – 15/03/2017 – MPM/DF**

ATA 03/2017

118Oliveira Pereira, Presidente do Conselho Nacional de Procuradores de Contas – CNPGC, após as
119saudações de praxe, apresentou seus trabalhos através de data show (alternativa para o
120enfrentamento da crise no sistema prisional), destacando os problemas relacionados às
121superlotações; bloqueadores de celulares; tornozeleiras eletrônicas; recursos humanos; despesas;
122grau de escolaridade dos presos; estrutura das unidades; etc., salientando que as auditorias nos
123presídios dos Estados já foram devidamente autorizadas. Ressaltou que, eventualmente, há certa
124dificuldade no que tange à atuação conjunta entre o MP e o MP de Contas, fazendo-se necessária
125a superação dessas barreiras, diante da importância da atuação estratégica, em parceria,
126solicitando, ao final, a cooperação do CNPG. O Presidente agradeceu a exposição efetuada por
127Dra. Claudia, Presidente do CNPGC, salientando a importância do trabalho do CNPGC, inclusive
128como ferramenta apta a auxiliar a atuação do MP, uma vez que a atuação no sistema prisional é
129deficitária. Dr. Luiz Gonzaga, PGJ-MA, falou dos termos de cooperação afetos a tal tema, bem
130como da decisão do STF relacionada às indenizações a serem pagas às famílias dos presos
131assassinados, destacando a necessidade de realização de estudo de impacto decorrente dessa
132decisão. O Presidente agradeceu mais uma vez a participação de Dra. Claudia Fernanda. Dr.
133Gonzaga, PGJ/MA, sugeriu moção de rejeição do CNPG à PEC nº 02/2016, que vai de encontro à
134legislação estadual que permite que promotor de justiça do Estado do Piauí concorra ao cargo de
135PGJ. Dr. Márcio, PGJ-AP, informou que tal situação já foi vivenciada no Amapá. Dr. Cleandro,
136PGJ-PI, após as saudações de praxe, relatou os problemas vivenciados no Piauí, manifestando-se,
137em seguida, favorável ao pleito efetuado por Dr. Gonzaga. Dr. Plácido, PGJ-CE, também se
138manifestou favorável a tal moção. Dr. Dirceu, PGJ-PE, declarou apoio à moção. Dr. Sandro Neis,
139PGJ-SC, após destacar o teor da inspeção realizada no MPPI, à época em que foi Corregedor
140Nacional, declarou ser necessária a moção do CNPG, contrária a tal PEC. Dr. Benedito também
141aderiu à proposta. O Presidente também se manifestou favorável, inclusive destacando que a PEC
142nº. 02/2016, ainda que supostamente inconstitucional, por vício formal de iniciativa, possa se
143alastrar pelo País. Ato contínuo, submeteu à apreciação do Plenário, o qual deliberou pela sua
144aprovação após revisão do texto, que será apresentado após o intervalo do almoço. Ato contínuo,
145Dr. Rinaldo Reis decretou a pausa para o almoço. Retomados os trabalhos, o Presidente submeteu
146ao Plenário o texto da moção do CNPG, contrária à PEC do Piauí, que limita o acesso ao cargo de
147PGJ aos Procuradores de Justiça. Após a leitura, foi a mesma aprovada, à unanimidade. Na
148sequência, foi iniciada a análise do Item 06 da pauta, que se relaciona à possibilidade de membros
149do judiciário e do ministério público concorrerem a cargos eletivos e serem cedidos para o
150exercício de funções em outros poderes. Dr. Francisco Dirceu Barros, PGJ-PE, após efetuar
151breves abordagens jurídicas do tema, manifestou-se favorável à tese. Dr. Plácido, PGJ-CE, no
152mesmo sentido. Dr. Márcio, PGJ-AP, ao tempo em que também aderiu à tese, destacou que, em
153paralelo, poderia ser efetuado um trabalho de apoio a membros aposentados no sentido de que os
154mesmos ingressassem na carreira política. Dr. Benedito, PGJ-GO, destacou que, embora não seja
155esse o momento adequado, é necessário efetuar um trabalho conjunto com a magistratura, em
156especial junto ao STF, com a finalidade de se buscar lograr êxito, no futuro. O Presidente

[Handwritten signatures and initials]



**REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS E DA UNIÃO-
CNPG – 15/03/2017 – MPM/DF**

ATA 03/2017

157concordou com os argumentos até então expostos, entendendo necessário se aguardar um melhor
158momento para investir nesse tema. Dr. Marcelo Dornelles, PGJ-RS, também opinou no sentido de
159que esse não é o melhor momento para abordar tal questão, salientando as dificuldades em se
160encontrar um membro aposentado com disposição para atuar na política, salientando que entende
161mais importante a possibilidade de afastamento para exercer cargo de natureza política, que o
162direito à eleição, propriamente dito. Dr. Fernando Grella, representando o PGJ-SP, explicou de
163que forma se deu o entendimento que levou à supressão de tais direitos - capacidade eleitoral
164passiva e possibilidade de afastamento para exercer cargos, fora do âmbito das atribuições do
165Ministério Público. Dr. Tonet, PGJ-MG, ao tempo em que entende necessária essa empreitada,
166seja ela em conjunto ou não com a magistratura, concorda que esse não é o momento adequado. O
167Presidente retomou a palavra, destacando que Dr. Marcelo Dornelles, PGJ-RS, irá fazer um
168apanhado acerca de tais proposições, momento após o qual o tema voltará a ser abordado no
169CNPG. Ato contínuo, Dr. Rinaldo Reis falou sobre o andamento da Reforma da Previdência (Item
1707), informando acerca das negociações relacionadas à tramitação da PEC, etc.. Dra. Ediene, PGJ-
171BA, trouxe informações complementares acerca do andamento da PEC da Reforma da
172Previdência, salientando que a reunião com o relator, o Deputado Federal Rodrigo Maia, foi
173bastante esclarecedora, viabilizando que fosse aberto um espaço para diálogo, demonstrando que
174alterações na PEC são necessárias. Dr. Marcelo Dornelles, PGJ-RS, Dr. Luiz Gonzaga, PGJ-MA,
175Dra. Ediene, PGJ-BA e Dr. Francisco Dirceu Barros, PGJ-PE, agregaram outras informações
176acerca do tema. Dr. Ivonei Sfogia, PGJ-PR, discorreu acerca do conflito de atribuições, sugerindo
177a constituição de uma comissão para tratar do tema junto ao STF, entendendo o Presidente que tal
178matéria é de suma importância e que tal comissão será formada. Na sequência, informou que a
179posse do Ministro Alexandre de Moraes ocorrerá na semana que vem. Em seguida, Dr. Luiz
180Gonzaga, PGJ-MA, informou que se faz necessária uma atuação conjunta do MP para evitar que
181determinada diferença, relacionada ao FUNDEB, não seja devidamente aplicada na educação,
182pois estão surgindo decisões judiciais em sentido contrário. Ao final, o Presidente, após solicitar
183que Dr. Gonzaga traga maiores informações acerca da situação, para uma atuação conjunta,
184agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião. Por fim, eu, Glaucio Pinto Garcia,
185Secretário-Executivo do CNPG, lavrei esta ata, a qual vai assinada por mim e pelos integrantes do
186Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça do Ministério Público dos Estados e da
187União presentes.

